



Servidores votam em assembleia realizada durante a greve de 2007. Paralisação foi um dos momentos marcantes da história do SINSEPES.

20 ANOS DE LUTA E CONQUISTAS PARA OS SERVIDORES DA FURB

Conheça a história do SINSEPES e confira o relato de ex-presidentes e do atual sobre o período à frente da entidade que, além de atuar na defesa dos direitos de professores servidores técnico-administrativos da FURB, tem participado dos movimentos sociais.

Páginas 8 e 9

+ **PASSE LIVRE** + **REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**
+ **FUTUROS PROFESSORES INSERIDOS NA ESCOLA PÚBLICA** + **FERROVIA DA INTEGRAÇÃO** + **MARCO CIVIL DA INTERNET** + **ATIVISMO POLÍTICO-RELIGIOSO**

»» Editorial

Quando apresentou provas sobre a ação da Agência Nacional de Segurança dos EUA, colocando usuários da Internet sob vigilância, especialmente os das redes sociais, Edward Snowden alertou sobre um fato que não é uma novidade: a espionagem via Internet. A ação de espionagem tornou-se mais ampla a partir do Patriot Act, assinado por George W. Bush depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001. Em 2007, foi aprovado o Ato de Proteção da América, renovado por Barack Obama em 2012, que legaliza vigiar alvos que representem uma ameaça externa.

A importância dada ao caso Snowden e sua dificuldade para encontrar algum país que o refugie chamam a atenção até que ponto a minimização desta questão pelas autoridades tenta desmentir esse monitoramento e o papel dos que estão envolvidos diretamente e subjugados às condições das agências de inteligência, como o Facebook, Google, Microsoft, Yahoo!, Apple e Skype. Os usuários de redes sociais sabem que elas não foram criadas ingenuamente para as pessoas se comunicarem somente, mas são

instrumentos de coleta de informações sobre hábitos e preferências para direcionar o marketing virtual e que também é uma via para a espionagem do governo. Existe um Partido Pirata alemão que surgiu como movimento internacional por ver uma severa ameaça na rede aos direitos e liberdade dos cidadãos. O grupo acompanha a Regulamentação Geral de Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês), que está sendo negociada no âmbito da Comunidade Européia.

O Facebook, que somou mais de 1 bilhão de usuários em 2012, é uma das redes sociais que mais cresceu entre 40 criadas nos últimos anos. Juntamente com o Twitter, seu papel foi determinante na mobilização dos protestos que derrubaram o presidente Osni Mubarak no Egito ou como ocorreu na Moldávia em 2009 contra o governo local. Na China, o monitoramento de conteúdos e sites é feito por centenas de agentes do governo que “filtram” e impedem o acesso externo aos usuários chineses, mas não conseguem controlar a comunicação pelas redes sociais de jovens estudando fora do país, nem as comunicações internas. Recentemente, o

governo chinês teve que voltar atrás no projeto do trem bala flutuante com tecnologia de um super-ímã que ligaria Xangai a outras cidades. A razão foi a denúncia de que a radiação emitida exporia os seus usuários ao risco de câncer. Jovens chineses também usaram as redes sociais para organizar protestos em Pequim contra o extermínio de animais e externalizar um sentimento de nacionalismo quando se posicionaram contra as tentativas de interferências internacionais em relação ao Tibet e a Taiwan.

Protestos e revoluções sempre ocorreram sem redes sociais e mecanismos virtuais, mas há aqui um fenômeno novo: a rápida disseminação da informação e a capacidade de reunir pessoas rapidamente em relação a uma causa. O movimento FURB Federal teve uma adesão extraordinária em 2011 no momento que antecedeu a decisão presidencial que determinou quais cidades receberiam novas universidades e suas extensões. Em uma página criada para este fim, havia, em 48 horas, mais de 16 mil adesões à manifestação.

As adesões de páginas criadas para um evento já são o prenúncio

do sucesso ou fracasso de um ato público. A maior prova disso foram as manifestações ocorridas em junho que desmantearam o próprio governo e o comportamento da classe política, principal alvo das manifestações. Há os que comentam que a razão inicial era outra – transporte urbano, através do Movimento do Passe Livre –, mas a rede social sensibilizou usuários que inesperadamente deram outros motivos e o tom para a forma como a população foi às ruas, quase como teleguiada sob uma aparente “normalidade” da situação do país, que nem de perto enfrenta os problemas existentes no Egito, Turquia ou na Síria. Será verdade? Diariamente nos últimos anos, somos bombardeados com denúncias e fatos que mal são veiculados na grande mídia envolvendo importantes atores de nosso cenário político, social e econômico, lemos e ficamos quietos pensando aonde vamos chegar com tudo isso.

A falta de direção e o oportunismo populista são menos mascarados quando o acesso à informação é livre. Mesmo tendenciosos ou com fontes duvidosas, textos estão disponíveis na rede para serem questionados e comparados com outros para um julgamento. No Brasil, a Internet nasceu em 1988 no meio acadêmico e com o governo. A primeira Rede de IRC (bate-papo) brasileira, a BrasIRC, foi criada em 1996 – há 17 anos, portanto – quando não havia nem um milhão de usuários. Hoje são mais de 46 milhões só nas redes sociais. A internet e os mecanismos de propagação e acesso à informação têm um valor inestimável para sociedade atual, o que transformou nossa rotina diária e nossas vidas. É inquestionável preservar os direitos à privacidade e à liberdade de expressão e a democratização pelo uso Internet.

Foto: Reprodução/
Facebook
Organizada
pelo Facebook,
manifestação em
Blumenau reuniu
15 mil pessoas.



CORREÇÃO

Diferente do que foi publicado na edição dos meses de maio e junho, a pesquisa sobre saúde do trabalhador, citada na matéria da página 9, está sendo desenvolvida pela professora Elsa Bevia e não pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

DIRETORIA SINSEPE | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevon Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Kunimund Krönke Jr. (04086 JP-DRT/SC).
Diagramação e edição: Kunimund Krönke Jr.
Projeto gráfico: Leo Laps.

Tiragem: 3.000 cópias. **Gráfica:** Grafimorte S/A (Apucarana, PR).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPE (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsep@sinsep.org.br

Página: www.sinsep.org.br

SINSEPES leva FURB Federal para Dia Nacional de Luta

Atendendo à convocação das centrais sindicais, cerca de 1.500 trabalhadores de Blumenau foram às ruas no dia 11 de julho. Os manifestantes exigiram do governo e do Congresso Nacional o fim do fator previdenciário; reajuste digno para os aposentados; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários; fim do Projeto de Lei 4.330/2004, que amplia a terceirização da mão-de-obra; transporte público de qualidade; mais investimentos em saúde, educação e segurança; reforma agrária e fim dos leilões de petróleo.

Ao todo, estavam reunidas em Blumenau categorias representadas por 13 sindicatos, incluindo o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES), além de organizações do movimento estudantil (UBE e UCE) e associações de rádios comunitárias. Os manifestantes chamaram para participar quem assistia à passeata da calçada e dos prédios. Também houve uma parada em frente a RBS TV Blumenau em protesto pela democratização da mídia. À tarde, uma parte do grupo foi de ônibus a Itajaí para ajudar a interromper o trânsito da BR-101.

Antes de a passeata sair pelas ruas do Centro do Blumenau, sindicalistas e líderes de movimentos sociais discursaram em frente à Prefeitura. O presidente do SINSEPES, Ralf Marcos Ehmke, usou o microfone para falar sobre a recente reunião com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC). Ehmke criticou a maneira como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conduz a implantação de um campus federal no Vale do Itajaí, já que a comunidade está excluída do processo de instalação da UFSC na região depois de anos de luta pela federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB).



Foto: Kunitmund Krönke Junior

Câmara aprova PLCs de interesse dos servidores da FURB

Os Projetos de Lei Complementar nº 1.305/2013, 1.306/2013 e 1.307/2013 foram aprovados na sessão da Câmara Municipal de Blumenau no dia 16 de julho. As propostas modificam as LCs nº 743/2010 (reorganização da estrutura administrativa da FURB), 744/2010 (plano de carreira para os servidores técnico-administrativos) e 745/2010 (Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante). Até o fechamento desta edição, as matérias aguardavam sanção do prefeito e publicação no Diário Oficial dos Municípios para entrar em vigor.

Comitê Pró-Federalização reclama da UFSC no MEC

Lideranças do Comitê Pró-Federalização da FURB, da Prefeitura de Blumenau e da Câmara de Vereadores foram recebidos pelo novo diretor da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, Paulo Speller, que assumiu o cargo em 9 de abril.

Durante a audiência, realizada no dia 9 de julho, os integrantes da comitiva blumenauense informaram que a UFSC está ignorando "os anseios da comunidade regional" no processo de instalação do campus no Vale do Itajaí. O Comitê explicou toda sua história de luta pela federalização da FURB e reivindicou que a UFSC dialogue com a comunidade regional; intervenção e medição do MEC no processo; e que o Comitê possa efetivamente defender a sua tese na Sesu.

Após revelar desconhecimento do andamento do processo, o diretor do MEC solicitou documentos ao Comitê e prometeu encaminhar uma conversa, o mais breve possível, com a reitora da UFSC, Roselane Neckel, antes de decidir os próximos passos.

Além de representantes do Executivo e Legislativo blumenauense, integraram a comitiva, os professores Elsa Bevian, Ralf Ehmke (presidente do SINSEPES), Valmor Schiochet, Stela Meneghel, e a presidente do Diretório Acadêmico de Direito da FURB, Mariela Krauss.

Reitoria pode apresentar proposta de reposição salarial em agosto

Durante a reunião do dia 4 de julho, o Conselho Universitário (CONSUNI) da FURB aprovou proposta de Plano Plurianual de Investimento (PPA) para o quadriênio 2014-2017. As estimativas da Reitoria preveem investimentos de R\$ 157 milhões em 2014, R\$ 168,5 milhões em 2015, R\$ 181 milhões em 2016 e R\$ 195 milhões em 2017.

Antes da votação, o presidente do SINSEPES, Ralf Marcos Ehmke, perguntou sobre a aprovação do orçamento de 2014 e a inclusão da reposição das perdas salariais. A relatora do processo do PPA, Carla de Cássia Nardelli Vieira, esclareceu que o orçamento está em discussão em outras instâncias administrativas e deve ser votado em agosto. O reitor João Natel completou afirmando que junto será apresentada uma proposta de reposição salarial. Uma comissão que trata sobre a metodologia para a revisão das perdas salariais está finalizando seu trabalho. O Sindicato fechará um acordo se o planejamento da reposição incluir claramente metas com valores e prazos previstos no detalhamento orçamentário para os próximos anos.

As projeções do PPA foram feitas por uma média de taxas nominais, refletindo o comportamento dos últimos exercícios financeiros. Não há destaques para grandes projetos, apenas a manutenção do ambulatório, do hospital e, de forma geral, ações de desenvolvimento do ensino superior e da Etevi. Foi explicado que o PPA é uma previsão e devem acontecer ajustes no plano conforme o momento econômico do Brasil, de oito anos.

Aprovadas contas da FURB

O Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou balanço das contas da Universidade Regional de Blumenau (FURB). A demonstração de resultado do exercício de 2012 indica superávit de R\$ 1.137.985,19. Segundo dados apresentados pela Reitoria, o resultado foi alcançado porque houve redução do passivo, já que a FURB amortizou dívidas anteriores e não contraiu novas. Colaborou também a estabilidade no número de alunos.

A integração regional sobre trilhos

Abandonadas há 40 anos por influência de interesses econômicos, ferrovias novamente ganham importância no Brasil para baratear custos com o escoamento da produção. Pesquisadora defende que o resgate do transporte sobre trilhos inclua a integração com outros modais de transporte e o transporte de passageiros, a fim de melhorar a mobilidade urbana.

POR ANGELINA WITTMANN, mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autora dos livros "A estrada de ferro no Vale do Itajaí: resgate do trecho Blumenau a Warnow" e "Ferrovia no Vale do Itajaí: Estrada de Ferro Santa Catarina" e membro da Comissão Pró-Ferrovias do Vale do Itajaí desde 2010.

<angewitt@hotmail.com>

Atualmente, escrever sobre a importância e as vantagens do retorno ferroviário ao cenário local, regional e nacional é redundante e repetitivo. Na região, há mais de 100 anos, discursos semelhantes foram ditos. Isto aconteceu antes e durante o processo de implantação da Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC.

Em Blumenau, a ferrovia fez parte dos planos dos primeiros 17 imigrantes liderados pelo Dr. Blumenau, que trouxe a ideia consigo quando idealizou sua colônia. Não foi por acaso que a sede da Colônia Blumenau foi implantada no último trecho navegável do rio Itajaí-Açu. Desde o princípio, o plano era de que uma ferrovia complementasse o transporte fluvial, no sentido Alto Vale do Itajaí, ou mesmo até a divisa com a Argentina. O projeto era audacioso e menos de seis décadas após foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Santa Catarina - EFSC, em 3 de maio de 1909, ligando a sede da Colônia Blumenau à Colônia Hansa – atual Ibirama.

Na primeira metade do século XX, a política e a economia brasileira variaram entre o nacionalis-

mo exacerbado de Getúlio Vargas e a abertura incondicional do mercado nacional para a internacionalização da indústria pós-guerra, ávida por novos mercados, durante a presidência de Juscelino Kubistchek. Atendendo a orientações e diretrizes de grandes montadoras automobilísticas e petrolíferas multinacionais, que ampliavam seu

Mesmo já definido que a Ferrovia da Integração passará pelo Vale do Itajaí, deveriam ser considerados os demais ramais - os que ligam o Oeste do Estado ao porto de Itapoá (Norte), ao porto de Itajaí, ou a outros mais que se ligam aos demais portos catarinenses, construindo, efetivamente, a malha ferroviária catarinense.

mercado no país, governo brasileiro optou pela troca do modal ferroviário pelo modal rodoviário, sem uma reflexão técnica, em médio e longo prazo. Então, as ferrovias foram erradicadas sistematicamente e foi construída uma grande malha rodoviária no país.

Por conta dessa opção, os caminhos entre as cidades brasileiras e mesmo aqueles no interior de sua malha urbana estão próximos do co-

lapso, no que se refere ao trânsito de veículos e pessoas. A partir da escola e suas consequências, o quadro caótico no país fez surgir o conceito de "mobilidade", palavra frequente e quase unânime nas falas de "especialistas", técnicos de trânsito e políticos que pretendem impressionar e propagar seu "conhecimento" sobre o assunto. Ela também é usada nas

ranças econômicas, políticas e de classes das duas regiões até então. Já está definido que passará no Vale do Itajaí. Deveriam ser considerados os demais ramais - os que ligam o Oeste do Estado ao porto de Itapoá (Norte), ao porto de Itajaí, ou a outros mais que se ligam aos demais portos catarinenses, construindo, efetivamente, a malha ferroviária catarinense.

justificativas do resgate do modal ferroviário. Atualmente, enquanto no Brasil, há menos de 10 mil km de ferrovias que funcionam a serviço do setor privado de algumas mineradoras e outras poucas empresas exportadoras, na China existem 110 mil km de ferrovias e o país utiliza cada vez mais os trens de alta e média velocidade para transportar cargas e passageiros.

O assunto "Ferrovia da Integração" está há mais de três anos em debate e em especulações na região do Vale do Itajaí. Vários órgãos têm se mobilizado em torno do tema, que já rendeu viagens, seminários e votos.

Duas questões são importantes quando abordamos o tema - Ferrovia da Integração. Em primeiro lugar, o que e quem será transportado pela Ferrovia da Integração? É quase tão equivocado quanto a erradicação das ferrovias nacionais, no século passado - construir novas ferrovias para transportar somente cargas. Por que? Nos debates em torno da Ferrovia da integração, já ficou explícito que o projeto é diferente para os dois tipos de transportes: cargas e passageiros.

Em segundo lugar, a Ferrovia da Integração passará pelo Norte do Estado ou pelo Vale do Itajaí? Era o grande debate envolvendo lide-

Montagem feita com fotos de Marek Neuwien e Angelina Wittmann

Trecho da Estrada de Ferro de Santa Catarina que passava paralelo à Rua Bahia em 1968 e o mesmo local 28 anos depois.

ranças econômicas, políticas e de classes das duas regiões até então. Já está definido que passará no Vale do Itajaí. Deveriam ser considerados os demais ramais - os que ligam o Oeste do Estado ao porto de Itapoá (Norte), ao porto de Itajaí, ou a outros mais que se ligam aos demais portos catarinenses, construindo, efetivamente, a malha ferroviária catarinense. No quadro atual, o Estado só tem uma ferrovia - a Ferrovia da Integração. Os demais trechos ferroviários são de "passagem".

A Estrada de Ferro de Santa Catarina foi um dos importantes agentes estruturadores da atual rede de cidades do Vale do Itajaí, cuja centralidade estava no Stadt- platz da Colônia Blumenau - localizada no entorno do porto fluvial de passageiros e Rua das Palmeiras, nas primeiras décadas de existência da Colônia Blumenau. Na época, existia a intermodalidade - hidroviário, cicloviário, rodoviário, ferroviário, entre outros. O Rio Itajaí-Açu era navegável; nele trafegavam diversos tipos de embarcação. Possuía dois portos principais: de cargas e passageiros. O de cargas estava próximo à estação ferroviária de Itoupava Seca. Inclusive, o material para construção da ferrovia da EFSC "chegou" à região do Vale do Itajaí pelo rio. Nessa época, o trem transportava cargas, passageiros e suas bicicletas.

Quando ao impacto da Ferrovia da Integração na cidade de Blumenau, é preciso definir antes suas características e o tipo de transporte que fará. Se será construída somente para o transporte de cargas, o que foi amplamente divulgado desde o surgimento do PAC.

Atualmente, o estado de Santa Catarina possui cerca de 350 quilômetros de ferrovias e receberá um adicional de aproximadamente 862 quilômetros com a construção da Ferrovia da integração. O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Acompanho esse processo desde maio de 2010, quando, com outras representações do Vale do Itajaí, formamos a Comissão Pró-Ferrovias do Vale do Itajaí, que tem como principal objetivo acompanhar a implantação desta ferrovia na região.

O PAC foi criado no governo Lula e pretendia descongestionar as rodovias, adotando e resgatando o modal ferroviário, somente



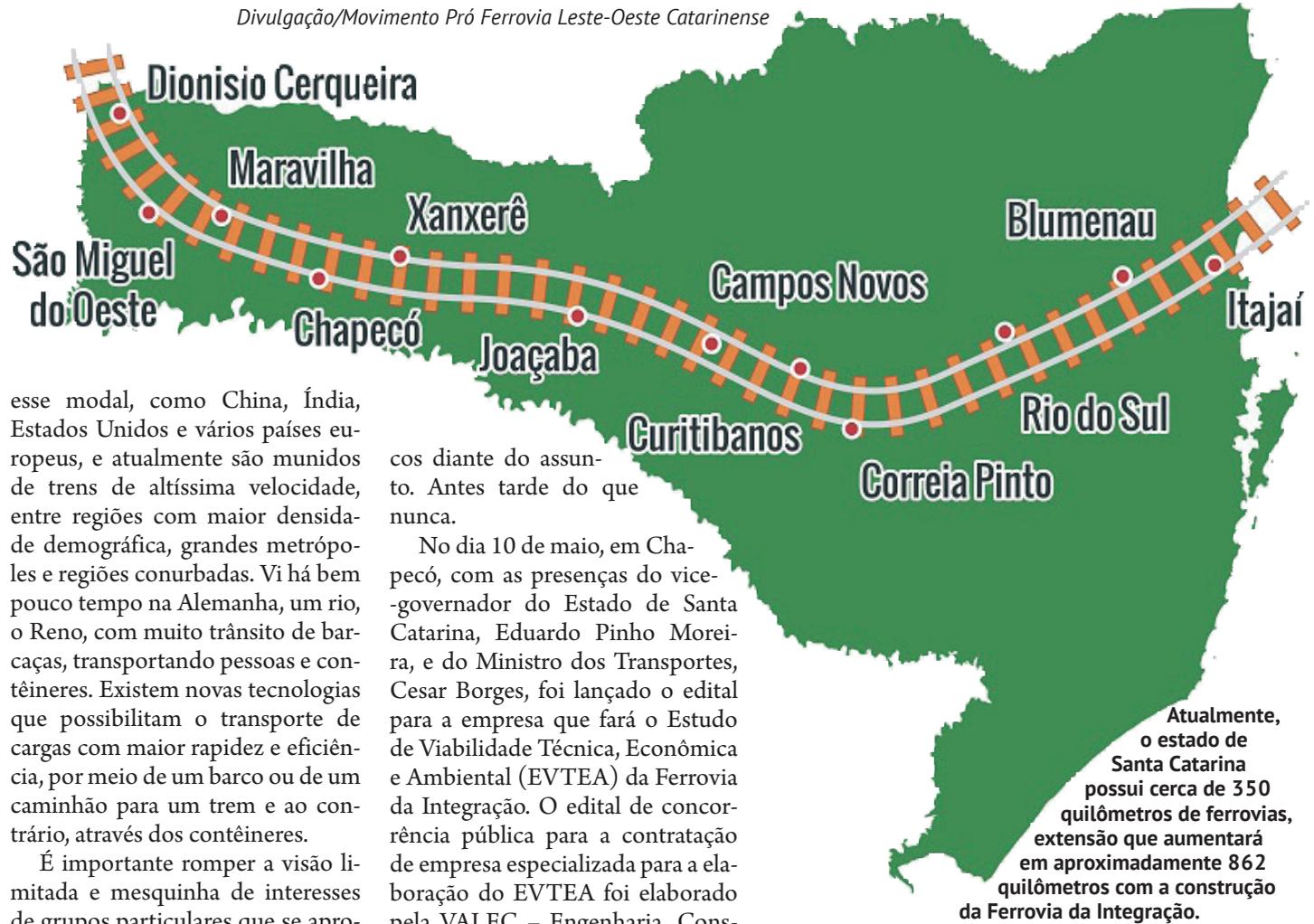
como transporte de cargas. O sistema ferroviário para Santa Catarina foi implantado por meio do convênio 007/2001MT/SC e Contrato 004/2001 SC/STO, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Ministério dos Transportes. Isto tramitou entre o período de 2001 e 2003, e foram elaborados estudos de viabilidade para a implantação de um Sistema Ferroviário para Santa Catarina pelo Consórcio ENEFER/STE, concluído em janeiro de 2003. O processo culminou em diretrizes para dois novos corredores ferroviários viáveis no Estado: o Corredor Litoral e o Corredor Oeste, mais tarde conhecidos como Ferrovia da Integração ou do Frango. A mídia catarinense não deu espaço para esse importante acordo, diferentemente do estado do Mato Grosso do Sul.

Há mais de 20 anos, a região Oeste do estado de Santa Catarina debate sobre a necessidade de uma ferrovia e sobre sua importância para aperfeiçoar os transportes de cargas da região até o litoral. Sua inclusão no PAC foi considerada uma vitória para o estado e a região. O projeto ferroviário com esta característica pode ser considerado mais antigo ainda, se considerar que o trajeto foi idealizado no projeto original da EFSC, na primeira metade do século XX e que pretendia promover a ligação entre o mar e a Argentina, passando pelo Vale do Itajaí.

O retorno do transporte ferroviário na paisagem local só será viável, sob o ponto de vista urbanístico e social, se este puder contribuir para a transformação da atual realidade de tráfego de uma cidade para outra a partir do transporte de pessoas e cargas dentro de um sistema integrado desse modal ferroviário com os demais modais, não somente o rodoviário. Deve ser implantado como serviço público estratégico e não somente como um meio de agilizar e viabilizar a multiplicação de lucros de determinados setores financeiros comerciais da sociedade, com base na logística. Além de resgatar a integração entre os modais rodoviário, ferroviário e marítimo, a Ferrovia da Integração pode descongestionar também as principais rodovias estaduais e federais que cruzam o território catarinense, como a BR-470.

Em âmbito estadual, o projeto ferroviário em questão deve ser considerado em um contexto maior, regional e nacional, a partir de criterioso planejamento em longo e médio prazo, com foco na grande integração nacional e com perfeitas "costuras". Sob essa ótica, destacamos a importância do tronco dorsal – a Ferrovia Sul/Norte ou Norte/Sul, que possibilitará a integração desse grande sistema ferroviário nacional, passando por um grande número de estados, inclusive o de Santa Catarina, que poderia ter outros ramais ferroviários, além da Ferrovia da Integração.

Mesmo que surja inicialmente somente como transporte de cargas, o novo sistema ferroviário nacional deveria ser reestudado igualmente para o transporte de passageiros, como já ocorre em muitos países do mundo, que jamais erradicaram



esse modal, como China, Índia, Estados Unidos e vários países europeus, e atualmente são munidos de trens de altíssima velocidade, entre regiões com maior densidade demográfica, grandes metrópoles e regiões conurbadas. Vi há bem pouco tempo na Alemanha, um rio, o Reno, com muito trânsito de barcas, transportando pessoas e contêineres. Existem novas tecnologias que possibilitam o transporte de cargas com maior rapidez e eficiência, por meio de um barco ou de um caminhão para um trem e ao contrário, através dos contêineres.

É importante romper a visão limitada e mesquinha de interesses de grupos particulares que se aproximam do governo para impor, por meio de seus discursos/lobbies, que a ferrovia só é útil para o transporte de minérios ou grãos, entre outros. *A disputa pelas localizações é uma disputa pela otimização (não ne-*

cos diante do assunto. Antes tarde do que nunca.

No dia 10 de maio, em Chapecó, com as presenças do vice-governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, e do Ministro dos Transportes, Cesar Borges, foi lançado o edital para a empresa que fará o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Ferrovia da Integração. O edital de concorrência pública para a contratação de empresa especializada para a elaboração do EVTEA foi elaborado pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e foi publicado no Diário Oficial da União, também no dia 10 de maio. O contrato abrange o levantamento aerofotogramétrico (foto aérea do terreno) e o projeto de engenharia para

A Estrada de Ferro de Santa Catarina foi um dos importantes agentes estruturadores da atual rede de cidades do Vale do Itajaí. Durante a época da Colônia Blumenau, existia a intermodalidade - hidroviário, cicloviário, rodoviário, ferroviário, entre outros. O trem transportava cargas, passageiros e suas bicicletas. O plano dos colonizadores já era de que uma ferrovia complementasse o transporte fluvial, no sentido Alto Vale do Itajaí, ou mesmo até a divisa com a Argentina.

cessariamente minimização) dos gastos de tempo e energia. A segregação e o controle do tempo de deslocamento dos indivíduos que ela possibilita são decisivos nessa disputa. No entanto, os homens não disputam como "indivíduos", mas como classes, e essa disputa determinará a estrutura intraurbana em qualquer modo de produção – não apenas no capitalismo – e em qualquer sociedade de classes, seja na metrópole contemporânea, na cidade teocrática do México pré-colombiano, seja na cidade hispano-americana das Leyes de las Índias. Em todas elas, as condições de deslocamento dos seres humanos são decisivas na estruturação do espaço intraurbano. (VILLAÇA, 2001, p. 333)

A Ferrovia da Integração é uma realidade. Não é mais uma discussão meramente teórica e especulativa, e passou à prática de sua implementação, a qual envolve grandes interesses privados, como destaca Villaça, o que exige uma grande mobilização política realmente comprometida com o Vale do Itajaí e com o estado de Santa Catarina. Nesses últimos tempos, surgiram muitos representantes desta classe, que em outros tempos foram apáti-

construção da Ferrovia da Integração. As propostas serão abertas no dia 26 de junho.

Assim que a Ferrovia da Integração estiver concluída e inserida nos espaços dos municípios da região e do estado de Santa Catarina, por meio de uma estruturação de caminhos com base na integração entre os vários modais - ferroviário, marítimo e rodoviário -, é claro que as rodovias estaduais e federais terão seu fluxo diário reduzido e a fluidez dos veículos acontecerá com mais tranquilidade. Para isto, também é importante que o esclarecimento chegue à comunidade para o real avanço desta ferrovia, por meio da divulgação dos debates e do processo de suas etapas de execução, de maneira a atender os vários segmentos da sociedade e não somente a grupos isolados.

Informar e recebermos informações é fundamental para contribuímos e acompanharmos o real processo das transformações na cidade e a na região por meio, enfim, da construção da Ferrovia da Integração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO PRÓ-FERROVIAS – Blumenau, em 2 de maio de 2010.

CARRION, Raul K. M. As ferrovias têm de estar a serviço do desenvolvimento nacional. **Ferrovias e desenvolvimento brasileiro**: este é o caminho. Brasília: [s.n.], 2012.

KIRLIAN, Frederico. A Estrada de Ferro Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**, Tomo I, nº 72. Blumenau, 1957.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a terra, o homem e a economia**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1968.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

TORLONI, Hilário. **Estudo de Problemas Brasileiros**. 20 ed. São Paulo: Pioneira, 1990, 267 p. Il.

VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no Nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001. 373 p. Il.

WITTMANN, Angelina. **A estrada de ferro no Vale do Itajaí: resgate do trecho Blumenau – Warnow**. Blumenau. Edifurb.

WITTMANN, Angelina. **A ferrovia no Vale do Itajaí: A Estrada de Ferro Santa Catarina**. Blumenau. Edifurb, 2010.

PIBID incentiva a docência e estimula o conhecimento

Programa da CAPES insere os licenciandos da FURB no contexto da escola pública.

POR EQUIPE DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA FURB/CAPES

<pidbidfurb@furb.br>

De acordo com o Art. 62, §5º. da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional sobre a formação dos profissionais da educação, "A União, o Distrito Federal, e os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior."

Esta é a fundamentação que impulsiona o propósito do PIBID em todo o País, que, por intermédio da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, atua em duas linhas de ação, que focam tanto a indução à formação inicial de professores para a Educação Básica, organizando e apoiando a oferta de cursos de licenciatura presenciais especiais, quanto o fomento de projetos de estudos, pesquisas e inovação, desenvolvendo um conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério. Com essas vertentes, o PIBID marcou seus primeiros passos nacionalmente em 2006, voltado especificamente para as Universidades Federais e para os Institutos Federais de Educação, ancorado nos seguintes objetivos:

- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;
- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e edu-

cação básica;

- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Entretanto, o incremento do Programa rapidamente o conduziu ao encontro das Instituições de Educação Superior comunitárias, municipais, estaduais e privadas sem fins lucrativos, de forma que, no ano de 2012, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) já somava 195 IES alinhadas e articuladas com suas três vertentes: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e escola básica; e produção de conhecimento. Naturalmente, na base de cada ação da DEB está o compromisso da CAPES de valorizar o magistério da educação básica.

É sob essa perspectiva que o PIBID mantém um eixo comum que é a formação de qualidade, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente.

Nesse mesmo cenário, a Pró-

-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante da FURB, conveniada à CAPES, dá início às atividades do PIBID FURB no ano de 2010, assegurando à contrapartida a cessão de servidores e do espaço físico necessário às atividades. Já na contrapartida dos bolsistas, estão as obrigações assumidas com a CAPES, cujas principais consistem em cumprir a carga mínima de 30 horas mensais de atividades desenvolvidas no Programa e participar de eventos de cunho institucional.

A CAPES remunera mensalmente a cada bolsista, com bolsas a partir de R\$ 400, e ainda incentiva e custeia a participação em eventos regionais, nacionais e internacionais. O Programa é também responsável por prover a aquisição de títulos bibliográficos e demais materiais e equipamentos voltados ao aprimoramento da formação por meio do bom desempenho e exercício das atividades previstas.

Hoje, na Universidade Regional de Blumenau, o Programa conta com aproximadamente 250 bolsistas, em sua maioria de iniciação, representados por seus licenciandos. O PIBID FURB também registra a participação de 31 bolsistas de supervisão, que são professores das redes municipais e estadual de ensino, presentes em 22 unidades escolares de Blumenau, Gaspar, Brusque e Guabiruba.

Os bolsistas de iniciação e de supervisão, por sua vez, estão inseridos em ações de incentivo e inovação à própria formação por meio grandes áreas, também denominadas de subprojetos: Artes/Música, Ciências Biológicas, Educação Física, Intercultural Indígena (licenciandos de Ciências da Religião), Interdisciplinar (reunindo estudantes de Artes, Ciências Biológicas, História, Pedagogia e Química), Letras, Matemática, Pedagogia e Sociologia.

De forma geral, são 12 os subprojetos do PIBID FURB, coordenados por igual número de docentes da Instituição, que, com esta finalidade, assumem a condição e o papel de bolsistas de coordenação junto à CAPES, sendo auxiliados por uma secretaria e pelas coordenações de gestão e institucionais.

Recentemente o PIBID FURB esteve representado, por meio de seus bolsistas, em eventos como o I Encontro Catarinense do PIBID, em Florianópolis, o II Encontro Nacional do PIBID, em São Luís, o Simpósio da ANPAE, em Recife, além de incentivar a participação em eventos setoriais como, por exemplo, o COENEL 2013, que no próximo mês de julho terá a apresentação de trabalhos em Manaus.

No contexto institucional, o Programa também tem apoiado e organizado inúmeros eventos, dentre os quais destacam-se o último Seminário Integrado das Licenciaturas, realizado em dezembro do ano passado, as oficinas de formação para supervisores, ocorridas em fevereiro e maio deste ano, assim como o III Encontro de Integração e a reunião dos Coordenadores PIBID das IES de Santa Catarina, ambos promovidos na FURB no primeiro semestre de 2013. Da mesma forma, já estão em fase de organização a nova edição do Seminário Integrado das Licenciaturas e o IV Encontro de Integração, previstos para o segundo semestre deste ano.

"Ações como o PIBID, que coloca alunos de licenciatura em um contato mais direto com as escolas, têm trazido mudanças significativas", de acordo com a pesquisadora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Bernardete Gatti, que, ao palestrar em Blumenau neste ano, teceu críticas positivas ao Programa, argumentando que o mesmo colabora para uma preparação docente qualitativa, visto que em termos gerais a formação docente das últimas décadas tem sido breve, pouco exigente e com currículos mal estruturados.

Em sentido absolutamente inverso ao da formação fragilizada, para o PIBID FURB a cada dia fica mais evidente a atuação do Programa enquanto iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de novos profissionais para a educação básica, através de seus subprojetos que promovem a inserção dos estudantes e sua concreta integração com os professores atuantes no cenário e no contexto da escola pública.

Para mais informações, acesse: www.furb.br/proen/pibid.

Divulgação/PIBID



Bolsistas do PIBID participam de atividades nas dependências do Núcleo de Estudos do Ensino de Matemática (NEEM).

Entenda como o **passé livre** pode virar realidade

Organizador dos protestos que foram o estopim da recente onda de manifestações, Movimento Passe Livre defende a criação de um fundo para o transporte público. Professor sugere o financiamento com verba federal.

POR **KUNIMUND KRÖNKE JUNIOR**, jornalista do SINSEPES

<kronke88@gmail.com>

Em 13 de junho, milhares de pessoas protestavam contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro quando foram violentamente reprimidas pela Polícia Militar. Os excessos chocaram a população brasileira e fizeram com que mais gente tomasse as ruas em centenas de cidades pelo Brasil, não só para manifestar sua insatisfação em relação ao preço da passagem, mas também para cobrar dos políticos soluções para os problemas no serviço público, entre outras reivindicações.

À frente dos protestos que despertaram a indignação dos brasileiros, está o Movimento Passe Livre (MPL), surgido oficialmente em 2005, após duas revoltas populares em Salvador (2003) e Florianópolis (2004). O MPL de Blumenau foi formado por estudantes e trabalhadores entre 2004 e 2005, mas ficou praticamente parado até este ano, quando mobilizações pelo passe livre em Teresina, Porto Alegre, Goiânia e São Paulo, fizeram vários ex-integrantes e militantes de outros movimentos sociais de Blumenau sentirem a necessidade de reativar o MPL no município.

Os protestos provocaram a redução das tarifas do transporte público em várias cidades. Em Blumenau, a pressão popular fez a passagem de ônibus cair de R\$ 3,05 para R\$ 2,75, mas isto não satisfaz o MPL. “Estas reduções são baseadas no abatimento de impostos das empresas de transporte [PIS, Cofins e ISS], o que significa menos recursos para o Estado investir em saúde, educação, cultura, entre outros”, respondeu Dimitri Dittrich, um dos integrantes do movimento em Blumenau, que entende a medida como algo para acalmar os ânimos da população. “[Isso] não ataca diretamente a raiz do problema, que é o lucro dessas empresas as custas da exploração dos trabalhadores, estudantes e demais usuários. A rotina de ônibus lotados, poucos horários, atrasos, frotas sucateadas e tarifas abusivas são fruto do modelo de transporte baseado no lucro”, completa.

Já nas Assembleias Legislativas de Goiás e Rio Grande do Sul e na Câmara de Vereadores de Goiânia, foram apresentados projetos de lei que preveem o passe livre estudantil. Este seria o primeiro passo para tornar o transporte público gratuito e de qualidade para toda a população. O Movimento Passe Livre entende que “o transporte público é um serviço essencial e que garante acesso aos demais serviços básicos, como saúde e educação, além do acesso ao lazer e a cidade como um

todo” e, por isso, não pode ser tratado como mercadoria.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Procurados para comentar a possibilidade da implantação do passe livre estudantil em Blumenau, Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau (Seterb) e o Consórcio SIGA disseram que os usuários que pagam o valor integral compensam o custo do sistema para manter os benefícios da gratuidade e de 50% de desconto na passagem. No caso de estender a tarifa zero a todos os passageiros, as empresas concessionárias necessitam de subsídio total de qualquer um dos níveis de governo para cobrir os custos de operação. “Precisaria definir da onde sairia os recursos para custear o sistema, tendo em vista a situação financeira que se encontra a administração pública”, afirma o presidente do Seterb, Sérgio Chisté.

O Movimento Passe Livre defende que a criação de um Fundo de Transportes, financiado por impostos cobrados através de alíquotas diferenciadas: “quem pode mais, paga mais; quem pode menos, paga menos; e quem não pode, não paga”. “O trabalhador que já tem de arcar com as despesas de moradia, alimentação, profissionalização, vestuário, etc. e não tem condições reais de bancar por mais este serviço. O IPTU de bancos, grandes empreendimentos, mansões, hotéis, resorts, shoppings etc., será aumentado proporcionalmente, para que os setores mais ricos das cidades contribuam de maneira adequada”, explica Dimitri Dittrich, integrante do movimento em Blumenau, citando modelo proposto durante o período em que Luiza Erundina foi prefeita de São Paulo (SP). O MPL também luta pela participação direta de usuários e trabalhadores na tomada de decisões referentes a gestão do transporte coletivo.

Para o Jefferson Fernando Grande, professor de Contabilidade Pública na FURB, aumentar o valor da tarifa para compensar o benefício dado a uma parcela dos usuários “é praticamente descartável em meio aos protestos que vem ocorrendo”. Subsidiar parcialmente ou completamente o sistema também é algo difícil de acontecer por causa da situação financeira precária da maioria dos municípios, já que uma nova despesa no orçamento exige aumento na arrecadação ou corte de gastos. Por isso, na opinião do professor, a proposta de utilizar uma parte do IPTU para custear o passe livre pode comprometer as finan-



Integrantes do MPL concentrados na Praça Victor Konder, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, antes da passeata do dia 20 de junho.

Foto: Denner William/Portal Controversas

ças do município, mesmo com a cobrança progressiva e sendo a alternativa de implantação mais rápida.

“A melhor opção é financiar o Fundo de Transportes com verba de algum imposto federal, como o Imposto sobre Grandes Fortunas”, sugere Jefferson Grande. O tributo está previsto na Constituição e deve, segundo o documento, deve compor o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Porém, o processo de instituir o imposto, definir regras para cobrança, fiscalização e critérios para distribuição dos recursos entre os municípios, responsabilidades do Congresso Nacional, torna demorados a regulamentação e o direcionamento de parte do dinheiro para a manutenção de sistemas de transporte público e gratuito.

Atualmente, idosos a partir de 65 anos, crianças menores de seis anos e portadores de deficiência (comprovados por atestado médico) são isentos do pagamento tarifa de ônibus em Blumenau. O Seterb registra, diariamente, 3.670 giros de catraca durante os dias úteis com o cartão gratuidade. Já de acordo com o SIGA, 3.484 pessoas possuem o passe livre e 365 pais podem embarcar gratuitamente para levar seus filhos à creche. A autarquia também estima que cerca de 8 mil idosos andem de ônibus de graça, passando tanto pela catraca como pelas portas traseiras. (O consórcio afirma que não tem esse controle porque os idosos apenas apresentam a identidade como comprovante.) No mesmo período, são registrados cerca de 18 mil giros de catraca com o passe-estudante, que garante o benefício de pagar metade da tarifa, enquanto o SIGA informa que 24.021 estudantes têm direito ao desconto de 50%.

No total, cerca de 120 mil passageiros (mais de 127 mil, nas contas das empresas concessionárias) utilizam diariamente o transporte público em Blumenau de segunda

a sexta, incluindo os que fazem integração temporal fora do terminal, utilizando o cartão duas vezes na mesma viagem, e os usuários que não precisam pagar, mas passam pela catraca. O Seterb afirma que o governo municipal não subsidia o valor da tarifa.

PARA NA FRENTE DE CASA É GRÁTIS

O Seterb oferece gratuitamente o Blufácil a pessoas com dificuldades severas de locomoção, condição que não significa necessariamente ser portador de deficiência física. “Por exemplo, há vários cadeirantes ou outras pessoas com algum tipo de deficiência (membros adaptados) que conseguem se locomover satisfatoriamente, inclusive utilizam-se dos ônibus normais da linha adaptados com elevador ou piso baixo”, explica Sérgio Voltolini, funcionário do Departamento de Transportes do Seterb.

Depois de saber se atendem aos requisitos estabelecidos pelo regulamento, interessados devem procurar o Seterb ou a Associação Blumenauense de Deficientes Físicos (ABLUDEF) para se cadastrar e agendar a parada de um dos veículos na porta de casa. Atualmente, 40 pessoas são atendidas semanalmente pelo serviço, com direito a acompanhante, algumas de forma diária outras alternadas, sendo que a prioridade no cadastramento dos beneficiários envolve, nesta ordem, tratamento de reabilitação, trabalho, estudo e, eventualmente, lazer. O custo mensal do Blufácil é de cerca de R\$ 30 mil.

Duas décadas nas palavras de quem presidiu o SINSEPES

Além de atuar na defesa dos direitos dos servidores da FURB, nestes 20 anos de história, o Sindicato tem participado dos movimentos sociais, principalmente na defesa do ensino público e de qualidade, incluindo a manutenção e ampliação do caráter público da Universidade.

Com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, a ampla agenda de reformas propostas pelo novo governo motivou o início da discussão de temas como a abertura da economia brasileira, as privatizações, a competitividade internacional, o Mercosul, a reforma administrativa do Estado e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Foi nesse contexto histórico que, em 1991, começou dentro da FURB a organização de um sindicato dentro da universidade, a fim de unir as lutas comuns entre as associações de servidores (ASEF) e de professores (APROF). Ambas as categorias ficavam à margem das decisões dentro da Universidade, inclusive as que diretamente lhe diziam respeito. Além disso, ASEF e APROF organizam atividades recreativas e culturais e, na época, também assumiram a função de entidade sindical. Isto se tornou inviável na medida em que a demanda por soluções aos problemas no trabalho tomava formas e volumes diferentes à capacidade e legitimidade das associações.

Em abril de 1992, um grupo de funcionários e professores iniciou as discussões sobre a viabilidade da criação do sindicato, estudando e avaliando as questões estruturais, jurídicas e implicações políticas da ordem interna.

Em 8 de junho de 1993, foi fundado o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau, o SINSEPES, durante assembleia geral extraordinária que reuniu ASEF e APROF. Na reu-

nião também foi eleita uma diretoria provisória, liderada pelo então presidente da APROF, Vilmar Zermiani, para estruturar e registrar o Sindicato para que se pudesse eleger uma diretoria permanente. A partir daí, o estatuto do SINSEPES foi elaborado e aprovado. No fim de outubro, aconteceu a primeira eleição do Sindicato, com voto secreto.

1993-1996: CARLOS ÁVILA

A primeira diretoria eleita enfrentou o desafio de implantar e consolidar a estrutura sindical. Era preciso conscientizar a categoria – professores e servidores técnico-administrativos – da necessidade e da importância de uma entidade sindical própria. “Desconfio que a Reitora da época fazia pressão para que os servidores não se filiassem. O Sindicato também era algo novo e talvez a categoria esperava que a entidade se consolidasse”, comenta o Carlos Alberto Vargas Ávila, presidente entre 1993 e 1996. Nessa fase, foi necessário conquistar espaços políticos e superar questões econômicas, sociais e de trabalho eram muito precárias na FURB – por exemplo, havia condições insalubres nas dependências do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e da gráfica.

O SINSEPES lutou para obter uma reposição de perdas salariais de 105%, mais um ganho real de 15%. Após intensivas negociações e votação quase unânime no CONSAD, os servidores conquistaram um reajuste de 106%, que, na época, consistia numa reposição de 41,95%, mais a Unidade Real de Va-

lor (URV) de março.

1996-1999: VILMA SIMÃO

Durante a gestão da professora Vilma Margarete Simão, o SINSEPES passou a assumir novos papéis. Como as principais questões econômicas e sociais dos servidores da FURB estavam encaminhadas, o Sindicato centrou sua atuação para fortalecer a participação dos professores. Buscou-se a maior inserção acadêmica e política, através de uma exposição mais ostensiva dos propósitos da entidade para o corpo docente.

Além de chamar os professores a participar mais da política universitária, o SINSEPES se preocupou com a questão acadêmica, atuando em defesa da tríade da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Entre as grandes lutas do quadriênio 1996 a 1999, está o Regime de Trabalho Docente.

“Na FURB, tivemos conquistas, mesmo que frágeis, nas relações de trabalho com a delimitação enquadramento de professores em regime de 20 e 40 horas, diminuindo em muito o número de professores que atuavam na Universidade apenas com carga-horária de ensino. Começava nova possibilidade de dedicação à Universidade para além das atividades de ensino e de administração. A Resolução 19/96, apesar das críticas pertinentes a ela, foi a primeira a permitir dedicação às atividades de pesquisa e extensão com relativa autonomia dos departamentos para concessão de carga horária para o desenvolvimento de tais atividades”, conta a professora Vilma. Outra vitória foi a FURB parar de contratar servidores sem concurso.

Ao travar uma verdadeira batalha pelas verbas públicas municipais e estaduais, o SINSEPES também assumiu o papel de defensor da escola pública de qualidade com recursos públicos para o ensino superior.

Em relação à organização interna do Sindicato, foi durante o mandato da segunda diretoria que se conquistou a atual sede e, com participação de todos servidores, definido o logotipo do SINSEPES.

1999-2002: MARCEL SIEBERT

Com as questões acadêmicas, fi-

nanceiras e sociais dos servidores já bem trabalhadas e integradas à prática administrativa da FURB, a terceira diretoria eleita do SINSEPES deparou-se com dúvidas em relação à questão previdenciária. “Existia um fundo próprio na FURB e, com a transformação da Universidade em parte da administração pública municipal, os servidores se preocupavam com a sustentação jurídica do fundo e se o dinheiro de suas contribuições seria misturado ao dos funcionários da Prefeitura e outras autarquias”, conta o ex-presidente Marcel Siebert. Para conciliar os interesses de todos os servidores municipais, SINSEPES, Sintraseb, Prefeitura e FURB atuaram em conjunto na criação do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU), concretizada no ano 2000.

Nessa época, o SINSEPES também começou a atuar mais ativamente nos movimentos sociais da cidade através do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau. “Foi um momento importante de interação com outros sindicatos e fortalecimento do movimento sindical. Saímos das questões corporativas para a luta política por questões nacionais”, lembra Siebert. Houve mobilizações contra a reforma da previdência, pagamento da dívida externa, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e pela CPI da Corrupção.

Além disso, a gestão do período entre 1999 e 2002 criou veículos próprios para o debate e conscientização sobre questões de interesse da sociedade. O SINSEPES publicou a revista Perspectivas Sindicais, que abordava assuntos de um forma mais acadêmica, e produziu o programa Cidadania em Debate, no ar até hoje pela FURB TV.

2002-2005 E 2005-2008: ELSA BEVIAN

Durante nossa gestão, realizamos inúmeras atividades, dentre as quais campanhas salariais com diferentes slogans: “A pauta de reivindicações na UTI”, “Em nossos direitos ninguém mexe”, “Pode ser a gota d’água”, entre outras, sempre com atividades lúdicas, incluindo teatro, música e poesia. Realizamos protestos, plantando uma figueira nos jardins da FURB como símbolo de luta e resistência, assim como

Foto: Arquivo/Centro de Memória Universitária/FURB



Assembleia do SINSEPES no auditório do bloco E, campus, em 1997.

o “sepultamento simbólico do Plano de Gestão da Reitoria” em 2008. Também atuamos na reorganização do Plano de Carreira do Magistério Superior e do Regimento da FURB TV.

Lutamos pela creche, ajuizamos mandado de segurança para garantir a manutenção dos direitos dos servidores da FURB e fomentamos a discussão sobre a legitimidade para alterar o Estatuto dos Servidores.

Tivemos a greve histórica em 2007, intitulada “Movimento 13 de Julho”, que foi um marco na história da Universidade. Assembléias com maciça participação dos servidores e decisões unânimes. Nunca havia visto os servidores da FURB tão unidos e decididos a lutar por uma causa. Foi emocionante!

Trabalhamos com muita responsabilidade o programa Cidadania em Debate, sempre com temas de interesse da comunidade, e na manutenção da Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí (FUNPIVI) como patrimônio e campus da FURB, fazendo inclusive denúncia ao Ministério Público.

Em 2002, iniciamos o Movimento FURB Federal, que foi crescendo, ganhando corpo e apoio de entidades externas, como sindicatos, associações, igrejas, clubes de serviço, ACIB, CDL, OAB, os poderes Legislativo, Executivo e inclusive de membros do Judiciário.

2008-2011: TULIO VIDOR

Entendendo que era necessário resgatar a alternância entre docentes e técnicos-administrativos na presidência do SINSEPES e renovar as lideranças sindicais, os servidores elegeram uma nova diretoria para quadriênio 2008-2011. A linha inicial da nova gestão foi manter a forte defesa dos direitos dos trabalhadores, aumentar a aproximação entre o Sindicato e outros sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, fortalecer o Comitê Pró-Federalização da FURB e reformular os instrumentos de comunicação da organização.

A área da comunicação recebeu grande investimento. Nos primeiros meses, foi lançado o jornal Expressão Universitária, principal veículo de informação e discussão de temas com a comunidade universitária. A partir de extensa negociação com a Reitoria, também foi resgatado o programa Cidadania em Debate, veiculado pela FURB TV e que havia sido retirado da grade de programação por questões técnicas e políticas da administração da FURB. Manteve-se o caráter independente na produção, nas pautas e o olhar pelo prisma dos trabalhadores. O site também foi integralmente remodelado para permitir maior interatividade. Para melhor acolher os trabalhadores, o espaço da sede também foi reformulado.

Na questão política, o SINSEPES teve papel destacado no período, através das intervenções nos conselhos Universitário (CONSUNI) e de Administração (CONSAD). Em meio aos debates sobre a crise financeira na instituição, a representação sindical manteve a postura de responsabilidade pública,



sem flexibilização de direitos trabalhistas e lutando pela manutenção dos patamares salariais. Na extensa discussão do novo marco jurídico da FURB, além da atuação nos conselhos superiores, da importante articulação com os demais conselheiros, da composição de proposta própria, o SINSEPES atuou como o principal elo de informação, esclarecimento e discussão com a comunidade universitária e Blumenauense. A atuação sindical foi fundamental na contenção da reforma administrativa proposta pela Reitoria, nociva para os trabalhadores e antidemocrática em sua estrutura, além de garantir o aumento da representação eleita pela comunidade por voto direto nos conselhos superiores.

Não menos importante foi a participação do SINSEPES na coordenação do Comitê Pró-Federalização da FURB, atuando no planejamento e execução das ações, no constante debate com a comunidade e na mobilização popular em torno da mais importante pauta para a comunidade universitária da FURB.

2011-2014: RALF EHMKE

A diretoria que assumiu a gestão 2011-2014 tem como compromisso a defesa e a melhoria das condições de trabalho, bem como a recuperação das perdas históricas que ocorreram na última década. Assumimos no meio de um grande percalço na FURB, que é a contratação permanente sem concurso público de centenas de trabalhadores. Após ação do Ministério Público e a reitoria passada assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), foi realizada uma série de concursos para o corpo docente como forma de regularizar a situação, mas ainda persiste entre os trabalhadores em função equivalente a técnico-administrativos.

Infelizmente, esta situação está relacionada a instabilidade e incertezas do tamanho e papel que a FURB terá no futuro, pois sua condição de autarquia pública dependente de uma demanda distribuída

restringe não apenas as condições de trabalho ideais em uma universidade pública de fato, como também fomenta a criação de quadros paralelos de trabalho. Por isso, temos acompanhado e apoiado as negociações do Comitê Pró-Federalização da FURB com o Governo Federal. Integrando o grupo de trabalho que elaborou uma proposta de parceria, o SINSEPES participou das reuniões ocorridas em Blumenau, Florianópolis e Brasília, com dirigentes de entidades, de sindicatos e políticos.

O SINSEPES teve reivindicações atendidas, como a redução da jornada de trabalho das assistentes sociais e a previsão de novos cargos na área de saúde, com redução de jornada seguindo a tendência nacional e internacional na área, bem como a previsão dos cargos do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) pela alteração das Leis Complementares nº 743/2010 e nº 744/2010. Continua em discussão o formato ideal para composição da equipe de segurança do trabalho, equivalente à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Em 2013, apoiamos e conseguimos, junto com os demais conselheiros no CONSUNI, aprovar o pagamento integral de um terço de horas-atividade para os professores da ETEVI. Foram conquistadas também a extensão do auxílio-creche para servidores (pais e mães) com filhos de até seis anos matriculados em escola de educação infantil e a concessão de licença-prêmio a servidores no último ano antes do pedido de aposentadoria, entre outras mudanças na Lei Complementar nº 746/2010 já aprovadas na Câmara de Vereadores, enquanto os outros pontos da reforma da LC ainda estão em discussão, pois entendemos que, por ocasião de sua aprovação em 2010, criaram-se diversas iniquidades entre a legislação dos servidores da FURB e a dos servidores municipais de Blumenau.

Por esta razão, a diretoria atual está preocupada com a sustentabili-

Em 2007, servidores da FURB foram às ruas e ocuparam a Câmara de Vereadores para se manifestar contra o corte de direitos aprovado pelo Conselho de Administração (CONSAD). Uma semana depois, Reitoria e CONSAD voltaram atrás e a greve terminou.

Foto: Arquivo/SINSEPES

dade da própria FURB. O fluxo de receitas próprias da graduação no período apresentou uma interrupção em sua queda, mas isso não foi exclusividade da FURB. A Universidade vem consolidando a pós-graduação *stricto sensu* com sucesso e o programa de internacionalização e intercâmbio entre universidades estrangeiras é uma direção correta para a FURB. Criticamos e manifestamos publicamente a política e os números esqueléticos da educação continuada, pós-graduação *latu sensu* e ensino a distância, o que afasta a oportunidade de diversificarmos a receita. Não somos uma universidade pública de fato e não podemos desprezar estas fontes, como fazem as universidades federais. Com a redução do tempo de permanência nos cursos de graduação, é imperativo um posicionamento mais agressivo que conquiste os ex-alunos de graduação em cursos de educação continuada.

Além disso, lamentamos o retrocesso ocorrido com a política que descaracterizou os institutos de pesquisa. Se não estavam funcionando bem, é por alguma outra razão de ordem administrativa e estrutural e não pela sua existência em si. Contrariamente ao que se observa em outras universidades, esses institutos são fontes mais consistentes do relacionamento com a comunidade, através de estágios e prestação de serviços, integrando a academia com os segmentos da sociedade.

A origem do **ativismo político-religioso** no Brasil

A escolha do pastor evangélico Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados tem provocado discussões e reflexões sobre a influência religiosa na política. Cientista social analisa a história e as consequências deste fenômeno.

POR **JOSUÉ DE SOUZA**, cientista social, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FURB e professor no curso de Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso – da FURB pelo programa PARFOR.

<josuedesouza1@yahoo.com.br>

Nos últimos meses, o debate religião *versus* política voltou a ser pauta na imprensa nacional. A polêmica da vez foi a escolha do deputado do PSC de São Paulo e pastor da Assembléia de Deus Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM da Câmara dos Deputados. Até a sua eleição para a presidência da CDHM, o representante político exercia seu mandato sem chamar a atenção. Mas a ascensão à presidência da comissão colocou o deputado em rota de choque com militantes e movimentos sociais. Até a Anistia Internacional pediu a saída do deputado da presidência da comissão. A oposição ao parlamentar dá-se por conta de declarações e argumentações de cunho racistas e preconceituosas.

A ascensão de Marco Feliciano à presidência da CDHM não é um fato isolado no Congresso Nacional, mas parte da estratégia da bancada religiosa para influenciar os temas que lhes interessa. Também não são isolados os posicionamentos de Feliciano. Nos últimos anos, assistimos a uma mobilização de parte dos evangélicos no Brasil, que têm se lançado em uma verdadeira “guerra santa” através de um ativismo político-religioso. Muitas dessas pessoas são motivadas por “personalidades” do mundo gospel, que assim legitimam seu poder religioso e um mercado de consumo, que a cada ano bate recorde de fatu-

ramento.

O fenômeno de ativismo político-religioso não é novo, muito menos invenção dos evangélicos brasileiros. Pelo menos desde 1920, grupos de extrema-direita cristã atuam na cena política dos Estados Unidos, sendo que, atuação desses grupos não se resume a fazer pressão social ou ativismo político. Por lá também é marcante sua atuação na mídia e na arrecadação de fundos de campanhas políticas. Além

cas ocorridas no interior do grupo.

O SURGIMENTO E ASCENSÃO DA BANCADA EVANGÉLICA

No Brasil do final da década de 70, o pensamento pentecostal sofreu inúmeras transformações, sobretudo no que refere a seu crescimento, o que provocou uma transformação direta na Teologia Pentecostal, sobretudo no surgi-

mite a esses grupos se organizarem para conquistar um espaço no cenário político, fazendo surgir durante a elaboração da Constituição de 1988 a chamada “Bancada Evangélica”. Por outro lado, ocorre também a adoção no Brasil das políticas econômicas com orientação neoliberal, que inserem o país no chamado capitalismo financeiro ou financeirização da economia, permitindo a seus cidadãos o financiamento de seus sonhos de consumo. Essas medidas causam um enorme custo social, provocando a diminuição dos salários, cortes sociais e aumento da miséria e do desemprego.

Esse novo cenário diminuiu a participação política e também produz uma enorme descrença nos mecanismos tradicionais de representação política, ampliando e aprofundando a coalizão de elites, articulando agora grupos empresariais e intelectuais com velhos e novos coronéis mandatários de oligarquias regionais. Protagonista no período de redemocratização, a sociedade civil fica agora restrita a arranjos locais, com ações supletivas a insuficiência do aparelho estatal e concorrendo com este e com os partidos políticos em atividades, que vão desde a formulação de políticas públicas até a distribuição de alimentos. Esconde-se, porém, nas práticas de privatização das políticas sociais, na desuniversalização dos direitos e no ressurgimento do assistencialismo, período em que assistimos ao chamado descenso dos movimentos sociais.

A consequência disso foi o enfraquecimento dos partidos políticos, que passaram a ser conduzidos por pesquisas de opinião de intenção de voto e de imagem. Neste sentido, a política, como método de luta da classe dominada, foi depredada e a luta partidária torna-se irrelevante e o debate político tem girado apenas em torno de escândalos derivados de corrupção.

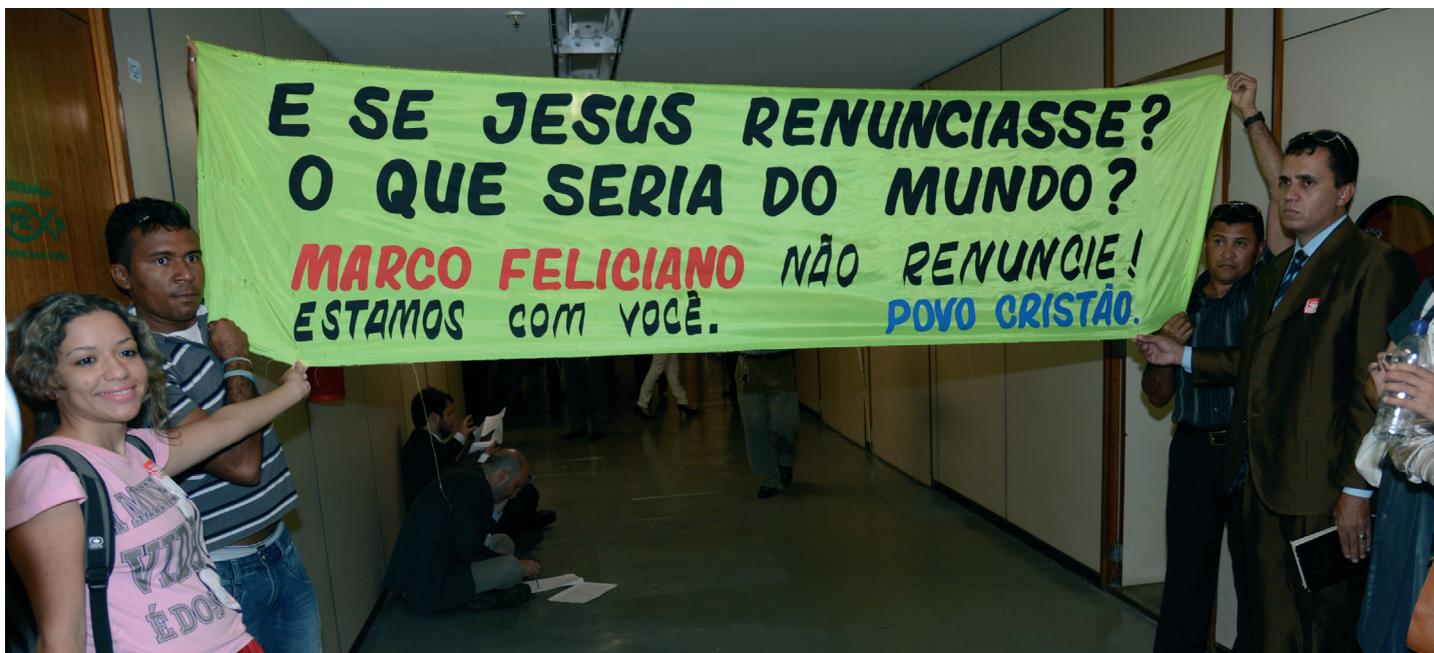
Pelo menos desde 1920, grupos de extrema-direita cristã atuam na cena política dos Estados Unidos, sendo que a atuação desses grupos não se resume a fazer pressão social ou ativismo político. Por lá também é marcante sua atuação na mídia e na arrecadação de fundos de campanhas políticas. Além das bandeiras morais, o grupo defende um forte protagonismo global americano através de intervenção militar e guerras contra países e grupos que eles consideram “do mal”.

das bandeiras morais, o grupo defende um forte protagonismo global americano através de intervenção militar e guerras contra países e grupos que eles consideram “do mal”.

Para compreendê-lo no Brasil, é preciso perceber as mudanças que ocorrem na política nacional, bem como as alterações sociais e teológi-

mento da chamada Teologia da Prosperidade e pela Teologia do Domínio. Essa mudança é consequência da mudança do perfil socioeconômico de sua membresia, que passou a ser constituído também de fiéis oriundos da classe média.

O surgimento desta linha teológica coincide com o processo de redemocratização nacional que per-



Fabio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil

Grupo de evangélicos se manifesta a favor do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Pastor Marco Feliciano, acusado de homofobia e racismo.

UMA NOVA FÉ PARA UM NOVO CAPITALISMO

Para a compreensão do mecanismo de justificação operado pelo pentecostalismo, faz-se necessário compreender seus princípios teológicos e a principal alteração no interior desse discurso cristão. Segundo Torres (2007), os neopentecostais reinterpretem o sentido do sofrimento no cristianismo. Nessa nova interpretação, o sofrimento não é mais uma vontade divina ou uma forma de se chegar ao paraíso, mas se torna um sinal de desgraça e infortúnio. Esse infortúnio é interpretado como incapacidade religiosa, devido a faltas morais, espirituais ou mesmo falta de fé. Já a Teologia do Domínio é a crença de que os cristãos, por seu caráter de filho de Deus, devem dominar o presente seja no ponto de vista espiritual, territorial e econômico.

Assim, o indivíduo que consegue obter sucesso individual, busca afastar-se do mal e dos desgraçados por suas consequências, operando, então, uma dupla função ideológica: o reforço dos valores da sociedade liberal e a crença de que a competição social é algo aceitável e justo. Esse mecanismo seria, portanto, uma forma de legitimar as desigualdades sociais decorrentes da competição individual na economia de mercado. Além de romper com qualquer possibilidade de solidariedade de classe ou possibilidade de qualquer transformação coletiva, essa teologia serve como ideologia que reforça os valores individuais e justifica a pobreza e a miséria como frutos da magia, uma vez que o fracasso econômico e social torna-se símbolo do mal e não consequência do modelo de desenvolvimento econômico. Já a filiação a esse modelo é garantida, pois o não sucesso econômico é acompanhado pelo temor da reprovação coletiva (TORRES, 2007).

Neste sentido, dá-se não somente uma modificação teológica, mas também uma modificação na função sociológica da “ética protestante”, pois a ética protestante apontada por Weber (2005) justificaria a razão de ser dos puritanos na acumulação capitalista, enquanto essa “nova ética protestante” tem a função social de legitimação das desigualdades.

Em um artigo que procura descortinar as transformações ocorridas no interior do campo pentecostal nos últimos anos, sobretudo no que se refere à entrada na política, à mudança do discurso teológico e à transformação do sagrado em mercadoria, Oneide Bobsin (2011) utiliza uma passagem do Manifesto Comunista para explicar o cenário a que estamos assistindo. “A burguesia despojou de sua auréola toda a ocupação até então considerada honrada e encarada com respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados.” (ENGELS; MARX, 2006, p 28).

VOLTANDO À CENA POLÍTICA

Nesse cenário de enfraquecimento dos partidos políticos e dos



mecanismos tradicionais de participação, os evangélicos têm instrumentalizado a prática política. O utilitarismo político religioso despolitiza a atuação de seus agentes políticos transformando-os numa espécie despachante de suas instituições religiosas, além de abrir espaço para o envolvimento de parlamentares e de lideranças evangélicas em casos de corrupção. Porém, é preciso perceber que essa instrumentalização da política se dá de forma mútua, tanto dos candidatos, que veem nesse segmento uma forma fácil de arregimento de votos, como dos pentecostais, que buscam nesses aliados uma forma de imposição de seus valores e inte-

das características da bancada religiosa, em boa parte dela é constituída por pastores ou artistas religiosos. Assim, a legitimidade dessa bancada parece ser construída não só por legitimidade racional, mas também por uma legitimidade carismática.

Porém, é preciso lembrar que a atuação política instrumentalista e clientelista dos evangélicos não é uma invenção desse grupo, mas uma reedição de velhas práticas institucionais na história política brasileira ainda presentes. Segundo o Censo 2010, pentecostais são os brasileiros com o menor tempo de estudo e menor renda; 64% residem nas periferias urbanas e são

Para as filosofias neopentecostais, o sofrimento é um sinal de desgraça e infortúnio. Isto é interpretado como incapacidade religiosa, devido a faltas morais, espirituais ou mesmo falta de fé. Segundo outra crença, os cristãos, por seu caráter de filhos de Deus, devem dominar o presente, seja no ponto de vista espiritual, territorial e econômico. Então, o indivíduo que consegue obter sucesso individual busca afastar-se do mal e dos desgraçados por suas consequências, reforçando dos valores da sociedade liberal e a crença de que a competição social é algo aceitável e justo. Esse mecanismo seria uma forma de legitimar as desigualdades sociais decorrentes da competição individual na economia de mercado, rompendo com qualquer possibilidade de solidariedade de classe ou de qualquer transformação coletiva.

resses. Por outro lado, o enfraquecimento dos partidos políticos também facilita a ascensão dos líderes políticos evangélicos, que em um cenário de baixa mobilização política, transformam seus capitais religiosos em capital político.

Harvey (1998) afirma que na pós-modernidade o jogo político é baseado no espetáculo e na pompa e cita como exemplo a eleição do ex-ator de cinema Ronald Regan para um dos cargos mais poderosos do mundo, dando uma nova dimensão às possibilidades de uma política midiática moldada apenas pela imagem. Esse fato faz lembrar uma

de famílias que ganham até um salário mínimo; 28% recebem entre um e três salários e 42% têm ensino fundamental incompleto. Um grupo social que historicamente esteve fora do jogo político institucional e que agora entra no jogo pelas mãos do instrumentalismo e do clientelismo político. Assim, a reação da participação desse grupo religioso na vida política em parte é resultado do comportamento dos seus líderes religiosos e políticos, mas pode esconder também uma leitura externa de preconceito de classe, uma vez que neste momento são os mais pobres do país e que apenas reeditam

Deputados evangélicos participam de culto em um dos plenários da Câmara. Ao todo, a Frente Parlamentar Evangélica é formada por 76 deputados federais e 3 senadores, entre eles réus em processos no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Justiça Eleitoral. Eles são acusados de corrupção, peculato (desvio praticado por servidor público), crime eleitoral, uso de documento falso, lavagem de dinheiro e estelionato. A bancada foi criada oficialmente em 2003 e a maioria dos integrantes também faz parte da base governista.

Foto: Saulo Cruz/Agência Câmara

o comportamento típico de outros grupos políticos e religiosos na história e cotidiano brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBSIN, Oneide. Protestantes, pentecostais e pós-pentecostais. In: ARENT, Isabel Cristina; WITT, Marco Antônio (Org.). **Pelos caminhos da Rua Grande**: história(s) da São Leopoldo republicana. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires (ARG): Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), ago. 2006.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 10.ed. São Paulo: Global, 2006.

RUDI, Luciana Matos. **Um voto de fé**: fidelização e clientelismo eleitoral na bancada evangélica paulista. Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos (SP), 2006.

TORRES, Roberto. O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret. 2005.

Sobre a redução da maioridade penal

Além de políticas governamentais, falta quem ensine ao adolescente as regras de convivência do mundo adulto. Sem esta figura, o jovem é obrigado a descobrir sozinho.

POR GESELDA BARATTO, *psicanalista, doutora em Psicologia pela UFSC e especialista em Psicologia Clínica desde 2010.*

<gisabarro@yahoo.com.br>

A questão relativa à redução da maioridade penal se intensificou muito nos últimos tempos, tomando um forte apelo social e ocupando o centro da cena na discussão em torno da problemática sobre a adolescência. Sentindo-se ameaçada e amedrontada com o aumento da violência praticada pelos jovens, alguns segmentos da sociedade estão demandando alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente no que concerne a diminuição da maioridade penal, que passaria de 18 para 16 anos de idade. O argumento, sem dúvida simplista, é o de que se o jovem tem idade para cometer uma infração considerada, imaginariamente, como própria de um adulto, ele está em condições de responder juridicamente pelo seu ato. Essa discussão, contudo, é muito mais complexa e deve ser objeto de uma reflexão social maior, envolvendo não apenas juristas, mas também sociólogos, antropólogos e psicanalistas.

Em relação a essa problemática, é necessário, em primeiro lugar, diferenciar puberdade de adolescência. Se a primeira diz respeito às transformações corporais e fisiológicas que ocorrem ao final da infância e demarcam os atributos e as funções corporais do corpo adulto, a adoles-

cência é um processo que vai muito além das modificações físicas. Ela implica, de fato, em profundas alterações na estrutura psíquica e no novo lugar do sujeito no campo social, ou seja, a passagem da cena familiar privada para adentrar a cena da esfera pública, com todas as tarefas de elaborações psíquicas necessárias a esta passagem. Se a puberdade é um fato biológico, a adolescência, em contrapartida, é fruto de cadeias de discursos e saberes socialmente construídos. Em segundo lugar, sublinhar que a ado-

lescência é um fenômeno cultural relativamente recente, que emerge no contexto sócio-histórico preciso marcado pelo paradigma do individualismo e pelo declínio da imagem social do pai e seus sucedâneos, isto é, das figuras de autoridade que, na tradição, se faziam cargo da tarefa de transmissores das leis simbólicas da cultura junto aos jovens.

Na contemporaneidade, o prestígio das figuras de autoridade está

em franco declínio e o adulto que se vê confrontado a ocupar esse lugar junto ao jovem não consegue mais se sentir como estando à altura da tarefa, ou seja, o adulto, hoje, se demitiu da função de transmissor do ato educativo civilizatório. No dizer de Kehl, (2008), “a vaga de adulto, na nossa cultura, está desocupada” (p.11).

A ausência de referenciais simbólicos estáveis que o adulto deveria fornecer deixa o jovem sem arrimo, entregue a uma busca errante pelo seu lugar na ordem social do

o estabelecimento de fronteira definida que demarque o final da adolescência, que tende, aliás, a se prolongar indefinidamente. O termo adultescência alude precisamente ao crescente número de adultos, do ponto de vista cronológico, cuja posição subjetiva permanece aprisionada à posição de eternos adolescentes.

O fato é que na contemporaneidade pesa sobre o jovem o fardo de, por um lado, ver-se confrontado com a ausência de referenciais estáveis que operariam como um mapa que lhes guiaria a entrada no mundo social dos adultos e, por outro, a de serem eles o suporte das ideias de felicidade e liberdade dos adultos. De fato, na medida em que a cultura atual idealiza o estilo de vida dos adolescentes, recai sobre os jovens o imperativo de gozar e desfrutar de todos os prazeres da vida sem interdições e sem limites. Os jovens, em contrapartida, revelam possuir uma imagem muito negativa sobre o modo de vida dos adultos, percebida por eles como desprovida de atrativos, marcada pelo excesso de renúncias, de trabalho, de responsabilidade e ausência de prazer e liberdade. Em suma, eles não aspiram tornarem-se adultos. Ao contrário, procuram de diversas formas prolongarem o máximo possível o período da adolescência. Cabe indagar quais razões, motivos ou ideais eles teriam para desejar tornarem-se adultos se todas as faixas etárias, incluindo as crianças e até mesmo pessoas mais idosas, cultuam a adolescência como um ideal de ser; como um período da vida tido como particularmente feliz, isento do peso da responsabilidade e das obrigações do mundo do trabalho e onde supostamente o gozo pleno pareceria completamente possível. Neste sentido, Calligaris (2000), interroga se a adolescência não teria surgido justamente porque os adultos modernos precisam dela como ideal (p.59).

Entretanto, a adolescência não é de modo algum um período isento de questionamento existencial e tampouco livre de angústia. Ela é o tempo, cronologicamente não demarcável, de produção de resposta às questões existências de grande porte: se não sou mais uma criança e ainda não sou um adulto o que sou? O que me identifica como sujeito? Qual é o meu desejo? O que define o meu lugar? A interrogação do adolescente é relativa ao ser e ao seu lugar no mundo humano. Tempo, portanto, de construção de um desejo em nome próprio, singulari-

Não se trata de eximir o jovem das consequências de seus atos, mas de possibilitar vias de reflexão que conduzam ao reconhecimento e a responsabilização por seus atos.

adulto. Em outras palavras, entregue ao imperativo de fazer-se por si mesmo, de encontrar e produzir individualmente uma resposta sobre como se tornar e ingressar na comunidade dos adultos. Atualmente, não há mais rituais de passagem, nem critérios simbolicamente estabelecidos que assinalariam o modo pelo qual o adolescente seria reconhecido e acolhido no mundo do adulto. Consequentemente, não há

Reprodução/Internet





Reprodução/Internet

zado em relação ao desejo dos adultos. Por isso afirmamos que a adolescência é um período de intenso trabalho de elaboração psíquica, que de modo coincide com o estatuto biológico da puberdade.

Em “Vida líquida” (2009), Bauman denuncia as contradições insolúveis do individualismo, afirmando que “o emergir da individualidade assinalou um progressivo enfraquecimento, a desintegração ou a destruição da densa rede de vínculos sociais que amarrava com força a totalidade das atividades da vida” (p. 31). Lasch (1983) assinalou também as contradições do individualismo, afirmando que o seu avanço não conduz à conquista da individualidade almejada, ao contrário, conduz à desintegração individual constante e a um eu inseguro de seus próprios limites. Em “Um mundo sem limite” (2004) e em “O mal-estar na subjetivação” (2010), Lebrun afirma que a pós-modernidade se especifica pela ausência de princípios ordenadores, por uma ordem simbólica inoperante, ausente ou multiforme e que o declínio do lugar de uma instância terceira, em posição de alteridade ou transcendência de onde emanaria uma Lei em posição de autoridade que balizaria a relação do sujeito com seu próprio desejo e na sua relação com o semelhante, dá livre curso a um individualismo sem limite e a formas extremas de sofrimento.

A queda das grandes referências coletivas que serviam como pontos nodais em torno dos quais os jovens se organizavam, tanto individual quanto coletivamente, os confronta com uma situação de desamparo absoluto, com uma forma de existência vivida em condições de incerteza. A luta pela conquista de uma identidade se tornou tarefa de toda uma vida para os jovens que ficaram órfãos de referências, deixando-os entregues à solidão de suas inquietações individuais e a uma travessia interior solitária. O que caracteriza particularmente os jovens atualmente é a ausência de fronteiras definidas que demarcariam o seu lugar no mundo humano dos adultos. Eles padecem, pois, de um não lugar e da falta de reconhecimento social, que se encontram como fundamento de muitas formas de manifestações sintomáticas e de sofrimento subjetivo. A violência, a agressividade, o desafio, a oni-

potência, a imagem de autossuficiência, emergem como estratégias para se fazerem reconhecer como possuidores de valor e potência.

A aparente áurea de ideal com a qual a sociedade reveste o drama existencial próprio do adolescente, e com o qual ele se identifica imaginariamente, não passa de uma fachada destinada a encobrir a verdadeira situação de desamparo e destituição de valor social que caracterizam os jovens atualmente. Ao contrário

A rivalidade extrema, a tentativa de assegurar um lugar por meio da disputa, do conflito e do embate com o outro são recursos de defesas contra uma imagem destituída de valor e como forma de demarcar um lugar, ainda que ao preço de muito sofrimento, manifesto sob a forma de atos extremos. A violência da juventude emerge, portanto, num contexto cultural claramente definido. Como sublinhou Kehl (2008), “os jovens frequentemente desempe-

as interrogações acerca das causas do aumento da violência entre os jovens. Vale destacar ainda a radical distância que separa uma prática que possibilite que o jovem seja levado a se interrogar sobre o que se encontra como causa e fundamento de seu ato transgressor e uma prática meramente punitiva. Nesse sentido, não se trata de modo algum de eximir o jovem das consequências de seus atos, mas de possibilitar vias de reflexão que conduzam ao reconhecimento e a responsabilização por seus atos.

Pode-se entender que a demanda dos adultos por medidas mais severas em relação aos jovens infratores a partir de 16 anos de idade não é senão uma nova e mais radical modalidade de renunciar à responsabilidade que lhes cabe em relação ao ato educativo, delegando ao Estado a tarefa da qual eles se eximem. Neste sentido, trata-se menos de pensar o jovem como fora da lei e mais como privado de sua transmissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

KEHL, Maria Rita. *A patria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem limite: ensaio para uma leitura psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEBRUN, Jean-Pierre. *O mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: CMC, 2010.

Os adultos costumam ter a responsabilidade de transmitir as leis simbólicas da cultura para os jovens. Na contemporaneidade, porém, o adulto que se vê confrontado a ocupar esse lugar não consegue mais se sentir como estando à altura da tarefa. Essa ausência de referenciais simbólicos estáveis deixa o jovem entregue a uma busca errante pelo seu lugar na ordem social do adulto, por uma identidade. O que caracteriza particularmente os jovens atualmente é a ausência de fronteiras definidas que demarcariam o seu lugar no mundo humano dos adultos. Eles padecem, pois, de um não lugar e da falta de reconhecimento social, que se encontram como fundamento de muitas formas de manifestações sintomáticas e de sofrimento subjetivo. Então, a violência, a agressividade, o desafio, a onipotência, a imagem de autossuficiência, emergem como estratégias para se fazerem reconhecer como possuidores de valor e potência.

da imagem ideal erigida socialmente sobre a adolescência, o jovem sofre um verdadeiro desmoronamento de sua imagem egóica, que necessita ser constantemente reconstituída subjetivamente. O buraco, o vazio, no investimento que sustentaria uma imagem valorizada aos olhos do outro culmina por determinar uma representação de si destituída de valor, empobrecida; um narcisismo esvaziado ou negativizado, disfarçado sob a forma de poder e força física bruta. A violência e a agressividade são despertadas em nós quando não nos sentimos assegurados simbolicamente sobre a legitimidade de nosso lugar.

nam o papel de caixa de ressonância dos sintomas da cultura” (p.6).

Paradoxalmente, são os próprios adultos que renunciaram à função de transmissores das leis simbólicas das culturas junto aos jovens, deixando-os os jovens órfãos de referenciais estáveis para a existência, que apelam à diminuição da maioridade penal. Isto é, que apelam à presença de leis jurídicas, à intervenção tutelar do Estado, em suma, para domesticar e administrar o adolescente por meio de práticas de ordem jurídica punitivas para reprimir as condutas transgressoras, deixando absolutamente sem formulação e, portanto, sem resposta

“Venenos de Deus, remédios do Diabo”: onde ser branco é uma questão de língua

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor e editor do site Sarau Eletrônico da Biblioteca da FURB

<viegas@furb.br>

O escritor moçambicano Mia Couto galgou a condição de autor reconhecido pela inventividade e bricolagem vocabular dos seus textos. Das páginas dos seus livros brotam palavras e expressões que mesclam o português de Portugal com o português moçambicano e com as línguas nativas do seu país, bem como neologismos próprios da literatura oral. Este aspecto, recorrente em sua obra, somado aos usos do folclore, dos mitos e das lendas moçambicanos, permite situar a proposta literária de Mia Couto nas proximidades das propostas empreendidas por Guimarães Rosa e Mário de Andrade (o Mário de Macunaíma).

Sob o aspecto ideológico, sua obra quer pensar e problematizar a construção da identidade nacional no Moçambique – país recentemente saído da guerra civil e, tal qual a maior parte dos antigos territórios coloniais em continente africano, culturalmente multifacetado –, inserindo-se naquilo que Kwame Anthony Appiah (1997) chama de segunda fase da literatura pós-colonial: textos que deslegitimizam o projeto nacionalista da burguesia nacional pós-colonial.

Em seu

romance “Venenos de Deus, remédios do Diabo” (2008), Mia Couto dá continuidade a este seu projeto literário, onde a relativização das verdades (e das mentiras) engen-

ningite) que os transforma, segundo o narrador, em “tresandarilhos”. A despeito da epidemia, Sidónio dedica especial atenção a Bartolomeu Sozinho, que vive enclausura-

um televisor para a mãe, por exemplo. O leitor tem aqui a impressão do caráter de escambo apresentado pelo conteúdo dos pedidos das cartas; escambo tão próprio dos tempos coloniais. Na relação do nativo com o europeu, estabelece-se um interesse mercantil onde ambos procuram obter vantagens da condição que ocupam: o europeu, que detém o capital, crê que pode comprar a confiança e o respeito do casal de nativos através dos presentes e da atenção que dispensa; os nativos se aproveitam de uma suposta situação de vitimização para alcançarem aos artefatos da modernidade que desejam possuir.

Este caráter mercantil das relações interétnicas é elemento recorrente na obra de Mia Couto e aparece, também e com muita força, em “O Outro Pé da Sereia” (2006), quando o personagem Benjamin Southman – um historiador estadunidense e afrodescendente que visita Vila Longe para se reencontrar com suas raízes identitárias e investir verbas na terra dos seus antepassados – é ludibriado pelos moradores do vilarejo, que lhe falsificam uma tradição e um modo de viver, há muito desaparecidos (se é que alguma vez houvessem existido), a fim de que o afortunado historiador possa encontrar o que deseja e crê verdadeiro. É o desejo de se apoderarem do dinheiro do estrangeiro que leva os moradores de Vila Longe, em “O Outro Pé da Sereia”, a inventarem um mundo que o historiador supunha existir; é o desejo de usarem dos recursos e da atenção de Sidónio que leva Bartolomeu e Munda, em “Venenos de Deus, remédios do Diabo”, a falsearem as cartas de Deolinda. Sob esta lógica, justifica-se a irritação externada pelo médico quando reflete: “Os que a mim se dirigem não me querem como pessoa. Uns chegam-se para vender, outros para roubar. Ninguém me aborda sem interesse, meu Deus, como me custa ter raça!” (p. 75). Cabe, entretanto, ressaltar a veracidade da recíproca, porque também ele, Sidónio, tem seus interesses. Também ele não é quem aparenta ser. E o que parece ser mentira, é tão somente outra verdade. Daí um certo caráter fantástico inerente a este romance: nunca sabemos qual o relato que nos dá a verdade dos fatos, nunca sabemos quem falseia e quem revela, afinal,

Das páginas dos livros escritos pelo moçambicano Mia Couto brotam palavras e expressões que mesclam o português de Portugal com o português moçambicano e com as línguas nativas do seu país, bem como neologismos próprios da literatura oral. Este aspecto, recorrente em sua obra, somado aos usos do folclore, dos mitos e das lendas moçambicanos, permite comparar Mia Couto a Guimarães Rosa e Mário de Andrade. Sob o aspecto ideológico, a obra de Mia Couto quer pensar e problematizar a construção da identidade nacional no Moçambique – país recentemente saído da guerra civil e, tal qual a maior parte dos antigos territórios coloniais em continente africano, culturalmente multifacetado.

dra a trama deste livro que conta a história de Bartolomeu Sozinho (ex-mecânico naval da Companhia de Navegação Colonial), sua esposa Dona Munda, o médico Sidónio Rosa e a mulher que este ama e busca reencontrar em Vila Cacimba, cenário da história, Deolinda.

O primeiro aspecto que chama nossa atenção em “Venenos de Deus, remédios do Diabo” é seu aspecto fantástico. Ao chegar em Vila Cacimba, o médico Sidónio Rosa se vê na obrigação de tratar os habitantes do lugarejo de uma estranha epidemia (supostamente de me-

do em seu quarto e padecendo de misteriosa e mortal debilidade, visitando-o diariamente. Bartolomeu é casado com Munda, mulher que vive a hostilizar e que acredita infiel. Esta, por sua vez, mantém uma relação incerta com seu marido: ao mesmo tempo em que o hostiliza e pede por sua morte, é capaz de dormir à porta de seu quarto para estar atenta se for solicitada. A atenção especial do médico ao casal justifica-se em seu interesse por Deolinda, mulher que conhecera em Portugal e pela qual se apaixonara, supostamente filha de Bartolomeu e Munda, e ausente de Vila Cacimba para realizar cursos de aperfeiçoamento. Seu destino e a data de retorno são ignorados, porém se comunica com Sidónio através de cartas que lhe chegam às mãos por intermédio de Munda, que, por sua vez, as recebe de “familiares”, pois “aqui em África, todos são familiares” (COUTO, 2008, p. 47) – argumenta a personagem em arroubo pan-africano. Nestas cartas, Deolinda pede a Sidónio que vele por seus pais e que lhes dê alguns presentes a fim de lhes atenuar as dores e propiciar um pouco de conforto, como

O romance “Venenos de Deus, remédios do Diabo”, lançado em 2008, narra a história de Bartolomeu Sozinho (ex-mecânico naval da Companhia de Navegação Colonial), e sua relação com sua esposa, Dona Munda, o médico Sidónio Rosa e Deolinda, a mulher que o médico ama e busca reencontrar em Vila Cacimba, cenário da história.

Divulgação



nada há além do discurso, da literatura, responsável até mesmo pela construção da própria identidade, da raça. Neste sentido, o trecho abaixo, excerto de uma conversa entre Bartolomeu e Sidónio, tem muito a nos dizer:

“– A propósito da língua, sabe uma coisa, Doutor Sidónio? Eu já estou a desmular. E exhibe a língua, olhos cerrados, boca escancarada. (...) a mucosa está coberta de fungos, formando uma placa esbranquiçada.

– Quais fungos? – reage Bartolomeu. Eu estou é a ficar branco de língua, deve ser porque só falo português (...)” (p. 110-111).

Se nas páginas finais Deolinda afirma ao médico que “esta terra mente para viver” (p. 181), podemos entender que ao falar de sua Vila Cacimba (extensão do Moçambique?), Deolinda diz também de toda terra, dos territórios que, através do discurso, permanentemente inventamos, sejam estes territórios geográficos ou identitários, e é nesta invenção que existimos e habitamos. Talvez por isto, também, não há maniqueísmo em “Venenos de Deus, remédios do Diabo”. O próprio título já indica este relativismo ao atribuir a cura ao Diabo e o mal a Deus. Há, isto sim, posições, e por isso a relativização, seja do bem e do mal, seja do nacional e do estrangeiro ou do branco e do negro, porque ser branco, segundo Bartolomeu no excerto que apresentamos acima, é uma questão de “língua”. Daí a complexidade psicológica e identitária dos personagens deste romance.

Bartolomeu Sozinho, apesar de negro e nativo, ocupa uma posição arielista, segundo conceito de José Endoença Martins (2007), ou seja, reconhece no branco, no europeu, qualidades e superioridades que inveja e deseja para si. Tanto que, cansado da vida, pede ao médico que lhe mate sob o argumento de que “ele tinha que valorizar a única riqueza que lhe restava: a sua morte. – Tenho que ser morto por um branco!” (COUTO, 2008, p. 54). Bartolomeu orgulha-se de um passado que julga glorioso, a serviço da Companhia de Navegação Colonial, como único tripulante negro do navio Infante D. Henrique, apesar de atravessar os mares no fundo de um porão escuro. E com o fim do regime colonial, “o navio encalhou, virou sucata e estava, um pouco como ele mesmo, à espera de ser abatido” (p. 14). A multietnici-



Mia Couto (à direita) recebeu em junho o Prêmio Camões, o mais importante reconhecimento entregue a autores de língua portuguesa pelo conjunto da obra. Couto é o segundo escritor de Moçambique a ganhar o prêmio - José Craveirinha foi o primeiro, em 1991. Na foto acima, estão ainda os presidentes Dilma Rousseff (E) e Aníbal António Cavaco Silva (C), de Portugal.

Reprodução/Internet

exemplo, são alvo de preconceito e os restos mortais dos seus antepassados repousam em um cemitério evitado pelos nativos, assim como Bartolomeu, que teve de enfrentar a resistência da família – consideravam sua união com uma mulata como um pioramento genético.

Ao protagonismo de Bartolomeu, opõe-se o personagem Su-

lante apenas como instrumento de uma mentira: de que não havia racismo no império lusitano” (COUTO, 2008, p. 26). Tão logo destituído de seu cargo oficial, Suacelência aponta seu caráter humano, sensível até, ao revelar o uso de seus últimos dinheiros para ofertar a Bartolomeu um enterro de pompa e condizente com suas vontades finais.

Em “Venenos de Deus, Remédios do Diabo”, Mia Couto expõe os problemas do desenvolvimento e da ocidentalização o Moçambique: AIDS, o incesto, a crise familiar e o aborto – temas que o autor trabalha neste seu romance – são as facetas deste desenvolvimento feito aos atropelos e sem qualquer planejamento, deste flerte entre a África e o Hemisfério Norte, entre a tradição e a modernidade, destas múltiplas identidades, invenções literárias, ainda prementes de diálogo.

acelência, administrador de Vila Cacimba e seu principal rival. Suacelência é, também, personagem de complexidades. Pelos juízos de Bartolomeu, somos levados a crer no caráter corrompido, vil e chauvinista do administrador; mas no final do livro somos surpreendidos ao sabermos Suacelência demitida do seu posto justamente por se opôr à derrubada ilegal de madeira na região. E se a rivalidade entre

Quero ainda apontar um último aspecto deste romance de Mia Couto que me chama a atenção: a problematização do conflito entre a tradição e a modernidade no contexto pós-colonial, fato não menos recorrente em sua literatura. A própria presença de um personagem médico torna-se emblemática, haja vista este se opor ao curandeiro, personagem a quem recorre Deolinda para se tratar do mal que a aco-

como aquela expressão no rosto de um indígena brasileiro quando lhe vestiram um chapéu na cabeça. A poeira das estradas contradiz a tecnologia capaz de produzir a camioneta que liga Vila Cacimba ao resto do país; assim como uma epidemia de meningite (cuja proliferação se dá a partir de lugares fechados) não condiz com os horizontes da savana africana.

A fim de concluirmos, resta-nos a percepção de que em “Venenos de Deus, remédios do Diabo”, Mia Couto engaja-se com este Moçambique contemporâneo, não se furtando à problematização dos paradoxos do seu desenvolvimento e da sua ocidentalização. A AIDS, o incesto, a crise familiar e o aborto – temas que o autor trabalha neste seu romance – são as facetas deste desenvolvimento feito aos atropelos e sem qualquer planejamento, deste flerte entre a África e o Hemisfério Norte, entre a tradição e a modernidade, destas múltiplas identidades, invenções literárias, ainda prementes de diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COUTO, Mia. *Venenos de Deus, remédios do Diabo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, José Endoença. *Negritude: interculturalidades e identidades na literatura afro-descendente*. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius Baptista (Org.). *Notas de História e cultura afro-brasileiras*. Ponta Grossa: UEPG/UFPR, 2007, pp. 253-269.

Tanto “Venenos de Deus, Remédios do Diabo”, como “O Outro Pé da Sereia” (2006), descrevem que o nativo africano e o colonizador europeu procuram obter vantagens da condição que ocupam. Um detém o capital e crê que pode comprar a confiança e o respeito de nativos através de presentes e da atenção que dispensa. Já os nativos se aproveitam de uma suposta situação de vitimização para alcançarem aos artefatos da modernidade que desejam possuir.

dade pode ser observada também se atentarmos para a miscigenação dos personagens. Bartolomeu é negro, mas afrontou sua família ao se unir a Munda, uma mulata de ascendência alemã. Ambos geraram Deolinda que, ao visitar Portugal, apaixonou-se por um português. Miscigenações que são vistas com muita resistência. Os alemães, por

ambos existe e é recíproca, esta se dá principalmente pela posição social que cada um ocupa: um como administrador nacional, outro como saudosista da administração colonial. Segundo o administrador, “esses colonos precisavam de um preto decorativo! Não era por méritos próprios que o mecânico negro seguia no navio. Ele era tripu-

metia. Interessante observar que o curandeiro está situado no Zimbábue, ou seja, fora das fronteiras do Moçambique. Também Bartolomeu externa o desconforto entre o antigo e o novo, a tradição e a modernidade, quando diz que a televisão o poupa dos sonhos, sonhando por si. A percepção que temos é a da existência de um certo desconforto,

O marco jurídico da Internet brasileira em pauta

Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei que estabelece direitos e deveres para usuários e provedores. Legislação atual garante liberdade e privacidade, mas a complexidade da rede exige regulação específica.

POR ALEJANDRO KNAESEL ARRABAL, professor do curso de Direito da FURB

<arrabal@furb.br>

Reprodução/Internet

Neste breve texto pretendo compartilhar algumas impressões sobre a dimensão jurídica da Internet, especialmente em relação ao marco normativo brasileiro. Longe de trazer respostas, proponho uma reflexão crítica sobre o assunto.

A Internet deflagrou novos paradigmas que representam grandes desafios para o mundo jurídico. Desde seu surgimento, a Internet é reconhecida como um “lugar”, embora tecnicamente seja uma plataforma de comunicação. Esta metáfora foi sistematicamente incorporada ao senso comum. Palavras como ciberespaço, *site*, *host*, *homepage* e portal introjetaram no imaginário coletivo o sentido de espaço, território e localidade, o que não é necessariamente verdadeiro.

O aperfeiçoamento da plataforma *World Wide Web*, dos protocolos de comunicação e das linguagens de programação, bem como o gradual aumento da taxa de transmissão de dados e da capacidade dos computadores, viabilizaram o surgimento de ambientes de comunicação on-line cada vez mais sofisticados e diversificados. A criação de plataformas de relacionamento e ambientes virtualizados consolidou ainda mais este sentido. Surge então um aparente paradoxo epistemológico: a Internet é um lugar, mas também é lugar nenhum, um “território sem fronteiras”.

Para solucionar este paradoxo proponho que a Internet não seja reconhecida como um *locus*, e sim como uma plataforma de comunicação. Ao visualizarmos a Internet desta forma, percebemos uma obviedade: a Internet não tem fronteiras simplesmente porque a comunicação não tem restrições jurídicas *a priori*. Suas limitações residem apenas na ordem técnico-operacional. Tanto no Brasil quanto em inúmeros países, a liberdade é constitucionalmente prevista como princípio norteador dos direitos relacionados à comunicação e a expressão do pensamento.

Outra questão paradigmática em relação à Internet é a “virtualização do sujeito”, ou seja, a possibilidade de alguém assumir múltiplas identidades. Veja-se, por exemplo, a plataforma *www.seconddlife.com*. Neste “lugar”, qualquer pessoa pode construir uma nova identidade, ter uma

“outra vida”, com uma vantagem: os atos promovidos no plano virtual não terão consequências jurídicas na vida real.

O imaginário do “ato sem consequência” está implícito no fenômeno da virtualização. Pode parecer óbvio afirmar que ninguém será condenado no mundo real por dizimar centenas de soldados em um jogo *multiplayer*. Contudo, no mundo virtual, conceitos como a vida e a morte podem ser tão insignificantes quanto o apertar de um botão. Neste contexto é fácil perceber que imaginário do “ato sem consequência” decorrente da “virtualização do sujeito” tem forte influência nos debates sobre as liberdades na Internet.

Mesmo que no plano virtual seja factível assumir múltiplas identidades, juridicamente elas não têm (pelo menos por enquanto) existência autônoma. Nossa personalidade, ou seja, nossa condição de “sujeito” de direitos e obrigações na ordem civil é una. Assim, o Direito reconhece e preserva nossa individualidade (daí o direito à privacidade e aos dados pessoais), mas também exige nossa identificação para que sejamos responsabilizados por nossos atos. É neste sentido que o artigo 5º, inciso IV da Constituição Federal de 1988 estabelece a liberdade de manifestação do pensamento, proibindo o anonimato. Somos livres na expressão do pensar, mas condicionados à identificação.

O Direito protege nossa privacidade e dados pessoais, mas também exige nossa identificação para que sejamos responsabilizados por nossos atos.

Neste sentido pode-se afirmar que a identificação é pressuposto de liberdade de comunicação, de modo que, parafraseando Fernando Pessoa, se “navegar” é necessário, identificar-se também é. Porém, como já mencionado, a Internet é uma “plataforma de comunicação” cuja existência pressupõe uma infraestrutura mediadora pela qual, tecnicamente, transitam e são armazenadas informações pessoais



sobre as comunicações. Eis o ponto frágil da questão: identificar-se na Internet não é somente uma questão de pressuposto de responsabilidade de quem navega, mas envolve também a guarda de dados pessoais por parte de terceiros: os provedores de acesso. É especialmente neste ponto que a criação de um marco regulatório para a Internet mostra-se relevante.

O grande desafio para a responsabilização sobre atividades ilícitas promovidas por meio da Internet reside na identificação dos envolvidos. Vale dizer que a identificação de um computador conectado à rede se dá mediante o endereço de IP (*Internet Protocol*). Sem este dado técnico é praticamente impossível identificar alguém. Mesmo obtendo este dado, pode haver inúmeras dificuldades operacionais, por exemplo, na hipótese de alguém cometer um ilícito utilizando equipamento em ambiente corporativo não controlado. Não havendo informações adicionais sobre quem utilizou determinado computador em determinado horário, de nada adiantará o endereço de IP.

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 2.126/2011 (atualmente apenso ao PL 5.403/2001) proposto pelo Poder Executivo que estabelece “princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil”. O texto do projeto reitera as garantias

de liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, bem como a proteção da privacidade, à inviolabilidade e ao sigilo de comunicações e a proteção aos dados pessoais, já presentes na ordem jurídica nacional. Neste aspecto vale destacar que o texto não inova o direito posto em relação a estes assuntos. O destaque maior está no papel e responsabilidade dos provedores de acesso que, segundo o projeto, terão a obrigação intransferível de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de um ano. A proposta prevê que o acesso a estes registros só será admitido mediante prévia requisição judicial.

Não é a primeira vez que este assunto tramita no Legislativo brasileiro. Em 1999, o projeto de lei nº 84, proposto pelo deputado Eduardo Azeredo sobre crimes de informática, já abordava de forma análoga a matéria. Porém, após muita polêmica decorrente de comparações com as iniciativas norte-americanas SOPA e PIPA, o dispositivo relacionado foi retirado do texto atualmente vigente (Lei nº 12.737/2012).